



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

Minuta de Termo de Referência Nº 7/2026/DERACRE

Processo nº 0038.019285.00005/2026-69

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Execução de serviços de engenharia e obras remanescentes para reabilitação estrutural e revitalização da Passarela Joaquim Macedo, compreendendo intervenções nas fundações e elementos estruturais de apoio, reestaiamento da estrutura, implantação de sistema de monitoramento e execução de serviços de revitalização, incluindo substituição do assoalho, pintura e modernização do sistema de iluminação.

2. NATUREZA DO OBJETO

2.1. O objeto da presente contratação consiste na execução de obra de engenharia, compreendendo intervenções estruturais na Passarela Joaquim Macedo, com vistas à sua reabilitação estrutural e revitalização.

2.1.1. A contratação envolve a execução de serviços técnicos especializados, incluindo fundações profundas, substituição de elemento estrutural de apoio, reestaiamento da estrutura, implantação de sistema de monitoramento e execução de serviços de revitalização.

2.1.1.1. Tais intervenções caracterizam-se pela elevada complexidade técnica e pela necessidade de execução integrada, demandando planejamento executivo detalhado, métodos construtivos específicos e controle rigoroso das etapas de execução.

2.2. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratação enquadra-se como obra de engenharia, por envolver a construção, recuperação e intervenção em estrutura física existente, com predominância de atividades técnicas especializadas.

2.2.1. O objeto não se caracteriza como serviço comum de engenharia, tendo em vista que sua execução não pode ser descrita apenas por especificações usuais de mercado, exigindo soluções técnicas específicas e elevado grau de responsabilidade técnica.

2.2.1.1. Em razão disso, a contratação deverá observar os procedimentos e critérios aplicáveis às obras de engenharia, compatíveis com a complexidade e as particularidades do objeto.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Administração, o qual analisou a necessidade pública a ser atendida, as alternativas disponíveis e a solução mais adequada sob os aspectos técnico e econômico.

3.1.1. O referido estudo identificou a necessidade de reabilitação estrutural e revitalização da Passarela Joaquim Macedo, em razão das condições verificadas na estrutura existente, evidenciando riscos à segurança, à funcionalidade e à durabilidade do ativo.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

3.1.1.1. A partir da análise das alternativas possíveis, concluiu-se pela adoção da solução consistente na execução integrada de serviços de engenharia, compreendendo intervenções estruturais, reestaiamento, implantação de sistema de monitoramento e revitalização do ativo, por apresentar melhor relação custo-benefício e maior adequação técnica à necessidade identificada.

3.2. O Estudo Técnico Preliminar demonstrou, ainda:

- I - a viabilidade técnica da solução proposta;
- II - a adequação econômica da contratação;
- III - a existência de mercado fornecedor apto à execução do objeto;
- IV - a necessidade de execução integrada dos serviços, em razão da interdependência técnica das intervenções.

3.2.1. As conclusões do Estudo Técnico Preliminar subsidiaram a definição do objeto, dos requisitos da contratação e das condições estabelecidas neste Termo de Referência, assegurando a coerência entre o planejamento da contratação e sua futura execução.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A solução proposta consiste na execução integrada de serviços de engenharia e de obras remanescentes destinados à reabilitação estrutural e à revitalização da Passarela Joaquim Macedo, contemplando o conjunto de intervenções necessárias ao restabelecimento das condições de segurança, estabilidade, durabilidade e funcionalidade da estrutura.

4.2. A solução deve ser compreendida como um sistema integrado de ações técnicas que envolvem, de forma coordenada, intervenções nas fundações e nos elementos estruturais de apoio, com vistas à recuperação da capacidade resistente da estrutura, bem como a execução de reestaiamento, destinado ao restabelecimento do adequado comportamento estrutural da passarela. Complementarmente, contempla-se a implantação de sistema de monitoramento estrutural, com o objetivo de permitir o acompanhamento contínuo das condições da estrutura, contribuindo para a gestão de riscos, prevenção de patologias e tomada de decisões futuras quanto à sua manutenção.

4.3. Além das intervenções de caráter estrutural, a solução abrange serviços de revitalização funcional e estética, incluindo a substituição do assoalho, a execução de pintura e a modernização do sistema de iluminação, de modo a assegurar condições adequadas de uso, conforto e segurança aos usuários, bem como a preservação do patrimônio público.

4.4. A execução da solução deverá ocorrer de forma planejada e sequencial, observando as interdependências entre os serviços, de modo a garantir a integridade da estrutura durante as intervenções, a segurança dos trabalhadores e usuários e a eficiência na aplicação dos recursos. Nesse contexto, a solução poderá envolver a mobilização de equipes especializadas, utilização de equipamentos específicos para intervenções em estruturas existentes e eventual adoção de medidas operacionais para controle de acesso ou restrição temporária de



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

uso da passarela durante a execução dos serviços.

4.5. A solução contempla, ainda, a necessidade de assistência técnica e suporte relacionados aos sistemas implantados, especialmente no que se refere ao sistema de monitoramento estrutural, bem como a adoção de práticas que assegurem a durabilidade dos serviços executados e a adequada manutenção da estrutura ao longo do tempo.

4.6. Ressalta-se que a solução ora proposta não se limita à execução isolada de serviços, mas representa um conjunto integrado de intervenções destinadas à recuperação global da estrutura, devendo ser compreendida como uma resposta técnica completa ao problema identificado, garantindo a ampliação da vida útil da passarela e a adequada prestação do serviço público à coletividade.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Aderência a Critérios de Sustentabilidade

5.1.1. A execução dos serviços deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, incluindo, sempre que possível:

5.1.2. priorização da contratação de mão de obra local, de forma a fomentar o desenvolvimento socioeconômico das regionais atendidas;

5.1.3. utilização de recursos minerais provenientes de jazidas devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes;

5.1.4. adoção de práticas que minimizem impactos ambientais, especialmente no controle de processos erosivos e na adequada destinação de resíduos;

5.1.5. observância às normas ambientais, trabalhistas e de segurança do trabalho aplicáveis à execução dos serviços.

5.2. Da garantia, manutenção e assistência técnica do objeto

5.2.1. A contratada deverá assegurar a qualidade, a durabilidade e o adequado desempenho dos serviços executados, responsabilizando-se por eventuais vícios, defeitos ou falhas decorrentes da execução.

5.2.1.1. Da garantia

I - A CONTRATADA responderá pela garantia dos serviços executados pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado a partir do recebimento definitivo do objeto.

II - Durante o período de garantia, constatadas falhas, vícios ou defeitos decorrentes de execução inadequada, a CONTRATADA deverá promover, às suas expensas, os reparos necessários, no prazo estabelecido pela fiscalização, sem prejuízo das demais sanções previstas em contrato e na legislação vigente.

5.2.1.2. Da manutenção



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

- I - a contratada deverá realizar, quando aplicável, ações corretivas necessárias à eliminação de falhas identificadas durante o período de garantia;
- II - deverão ser fornecidas orientações técnicas quanto à conservação e acompanhamento da estrutura;
- III - as ações de manutenção deverão assegurar o adequado desempenho e a durabilidade dos serviços executados.

5.2.1.3. **Da assistência técnica**

- I - deverá ser assegurado suporte técnico adequado, especialmente no que se refere ao sistema de monitoramento estrutural;
- II - a contratada deverá garantir o pleno funcionamento dos sistemas implantados durante o período de garantia;
- III - deverá ser disponibilizado suporte para operação e acompanhamento técnico da estrutura, quando necessário.

5.3. **Da subcontratação**

5.3.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a até 20% (vinte por cento) do valor total contratado, desde que previamente autorizada pela Administração e que não recaia sobre as parcelas de maior relevância técnica do objeto.

5.3.2. A subcontratação não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade integral pela execução dos serviços, pela qualidade dos trabalhos realizados e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais.

5.4. **Da garantia contratual**

5.4.1. Como condição para a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá prestar garantia de execução contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.1.1. A garantia poderá ser prestada por qualquer das seguintes modalidades:

- I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos;
- II - fiança bancária;
- III - seguro-garantia;
- IV - título de capitalização, observadas as condições estabelecidas na legislação aplicável.

6. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

6.1. Para garantir a adequada execução dos serviços de reabilitação estrutural e revitalização da Passarela Joaquim Macedo, serão observadas as diretrizes técnicas, operacionais e administrativas a seguir estabelecidas.

6.1.1. **Regime de execução**

6.1.1.1. A execução dos serviços será realizada sob o regime de **empreitada por preço unitário**, com pagamento vinculado às medições dos serviços efetivamente executados, assegurando controle técnico e financeiro da execução contratual.

6.1.2. **Início da execução**

6.1.2.1. Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados da emissão da Ordem de Serviço, período destinado à mobilização de equipe, materiais e equipamentos necessários à execução.

6.1.3. **Local de execução**

6.1.3.1. Os serviços serão executados na **Passarela Joaquim Macedo**, localizada no município de Rio Branco/AC, conforme projetos, especificações técnicas e diretrizes constantes dos autos do processo.

6.1.4. **Materiais**

6.1.4.1. A contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução integral do objeto.

6.1.4.2. Os materiais deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos nos projetos, memoriais descritivos e normas técnicas aplicáveis.

6.1.4.3. A substituição de materiais somente será admitida mediante aprovação da fiscalização, devendo ser comprovada:

- I - equivalência técnica;
- II - compatibilidade funcional e estrutural;
- III - atendimento aos padrões de qualidade;
- IV - compatibilidade de custo.

6.1.5. **Mão de obra e administração da obra**

6.1.5.1. A contratada deverá empregar mão de obra qualificada e em quantidade suficiente à adequada execução dos serviços.

6.1.5.2. Todas as despesas relacionadas ao pessoal, incluindo encargos sociais, transporte, alimentação, segurança e demais custos operacionais, serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

6.1.6. **Responsabilidade técnica**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

- 6.1.6.1. A contratada deverá apresentar, previamente ao início dos serviços, as respectivas **Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT)**.
- 6.1.6.2. Os documentos deverão permanecer disponíveis no local da obra para acompanhamento da fiscalização.
- 6.1.7. **Projetos**
- 6.1.7.1. O Projeto Básico será fornecido pela contratante e deverá ser rigorosamente observado pela contratada.
- 6.1.7.2. O Projeto Executivo será de responsabilidade da contratada, devendo conter todos os elementos necessários à completa execução do objeto.
- 6.1.7.3. Em caso de divergência, prevalecerão:
- I - normas técnicas vigentes (ABNT, CREA e demais aplicáveis);
 - II - especificações técnicas sobre projetos;
 - III - projetos sobre demais documentos.
- 6.1.8. **Resolução de divergências**
- 6.1.8.1. Para solução de inconsistências técnicas, será adotada a seguinte hierarquia:
- I - normas técnicas oficiais prevalecem sobre demais documentos;
 - II - cotas indicadas prevalecem sobre medidas em escala;
 - III - desenhos em maior escala prevalecem sobre os de menor escala;
 - IV - documentos mais recentes prevalecem sobre os anteriores.
- 6.1.9. **Canteiro de obras**
- 6.1.9.1. A contratada deverá submeter à aprovação da fiscalização o projeto do canteiro de obras, em conformidade com a NR-18 e normas aplicáveis.
- 6.1.9.2. O canteiro deverá ser mantido em condições adequadas de organização, limpeza e segurança durante toda a execução.
- 6.1.10. **Placa da obra**
- 6.1.10.1. A contratada deverá instalar placa de obra conforme padrão do DERACRE, em local visível, durante todo o período de execução.
- 6.1.11. **Ligações provisórias**
- 6.1.11.1. A contratada será responsável pela implantação e custeio das ligações provisórias de água, energia elétrica e demais utilidades necessárias.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

6.1.11.2. Ao final da obra, as instalações provisórias deverão ser removidas, com a devida recomposição do local.

6.2. **Recebimento do Objeto**

6.2.1. Recebimento provisório

6.2.1.1. O recebimento provisório ocorrerá no prazo de até **15 (quinze) dias**, contados da comunicação formal de conclusão, mediante termo circunstanciado.

6.2.2. Recebimento definitivo

6.2.2.1. O recebimento definitivo será realizado no prazo de até **15 (quinze) dias** após o recebimento provisório, mediante verificação da regularização de eventuais pendências e emissão de termo definitivo.

7. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. **Execução do contrato**

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.1.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, mediante registro formal por apostilamento.

7.2. **Da Preposto**

7.2.1. A contratada deverá designar formalmente preposto, que atuará como seu representante junto à Administração, sendo o responsável pela interlocução direta durante a execução do contrato.

7.3. **Da Gestão do Contrato**

7.3.1. A gestão do contrato será exercida por servidor designado pela Administração, competindo-lhe o acompanhamento administrativo e a coordenação geral da execução contratual, sem prejuízo das atribuições previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos.

7.3.1.1. Compete ao gestor do contrato:

- I - conhecer integralmente o edital, seus anexos, o instrumento contratual e eventuais aditivos;
- II - gerenciar o Processo Administrativo de Despesa Pública (PADP) referente à contratação;
- III - assegurar o cumprimento integral das obrigações contratuais, com qualidade e em conformidade com a legislação vigente;
- IV - solicitar, periodicamente, relatórios ao fiscal do contrato, analisando as ocorrências e adotando as providências necessárias;
- V - atuar tempestivamente na solução de problemas relacionados à execução contratual;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

- VI - analisar apontamentos e glosas realizados pela fiscalização, verificando a necessidade de ajustes financeiros e comunicando ao setor competente;
- VII - encaminhar formalmente demandas à contratada, por meio de ordens de serviço ou instrumentos equivalentes;
- VIII - repassar ao fiscal do contrato todas as informações e documentos necessários à adequada fiscalização;
- IX - acompanhar a vigência do contrato, promovendo as medidas necessárias à sua prorrogação ou encerramento;
- X - propor medidas que visem à melhoria da execução contratual;
- XI - informar periodicamente ao Ordenador de Despesas sobre a execução do contrato, incluindo ocorrências relevantes, pedidos de reajuste, prorrogações e demais eventos;
- XII - submeter à autoridade competente, juntamente com o fiscal, propostas de alterações contratuais, incluindo modificações de projetos, prazos e cronogramas;
- XIII - assegurar a regular alimentação dos sistemas de gestão e transparência, responsabilizando-se pelas informações prestadas;
- XIV - negociar condições contratuais, quando cabível e vantajoso para a Administração, nos termos da legislação vigente;
- XV - formalizar a designação do preposto da contratada;
- XVI - notificar a contratada, por determinação da autoridade competente, quanto a irregularidades verificadas;
- XVII - controlar a regularidade das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada;
- XVIII - buscar esclarecimentos e suporte técnico, sempre que necessário, para adequada tomada de decisão;
- XIX - encaminhar à autoridade competente as questões que extrapolem sua competência;
- XX - adotar as medidas necessárias à adequada execução contratual, visando ao atendimento do interesse público.

7.4. **Da Fiscalização do Contrato**

7.4.1. A fiscalização do contrato será exercida por servidor designado pela Administração, responsável pelo acompanhamento técnico da execução do objeto, sem prejuízo das atribuições previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos.

7.4.1.1. Compete ao fiscal do contrato:



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

- I - conhecer integralmente o edital, seus anexos, o instrumento contratual e eventuais aditivos ou apostilamentos;
- II - acompanhar a execução do objeto, verificando a conformidade dos serviços com as especificações técnicas e normas aplicáveis;
- III - avaliar a qualidade e a quantidade dos serviços executados ou dos bens entregues;
- IV - atestar, em documento hábil, a execução dos serviços ou fornecimento de bens, após conferência prévia;
- V - controlar a execução contratual quanto à efetividade, eficiência e aderência ao pactuado;
- VI - registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, em instrumento próprio;
- VII - exigir a correção de vícios, defeitos, imperfeições ou inconsistências na execução;
- VIII - observar os prazos contratuais e estabelecer, em conjunto com o gestor, prazos para correção de falhas, quando necessário;
- IX - elaborar relatórios periódicos de acompanhamento da execução, com registros técnicos e, quando cabível, documentação fotográfica;
- X - realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços executados, previamente ao atesto das notas fiscais;
- XI - controlar e aprovar apenas os serviços efetivamente executados para fins de pagamento;
- XII - indicar, mediante justificativa técnica, a necessidade de glosas ou descontos decorrentes de falhas na execução;
- XIII - acompanhar a entrega de materiais e verificar sua conformidade com as especificações contratuais;
- XIV - atuar na solução de problemas relacionados à execução, dentro de sua competência;
- XV - comunicar ao gestor do contrato quaisquer irregularidades identificadas;
- XVI - cientificar o gestor e a autoridade competente quanto ao risco de atraso ou não conclusão do objeto;
- XVII - encaminhar ao gestor demandas que ultrapassem sua competência;
- XVIII - solicitar esclarecimentos ou suporte técnico sempre que necessário;
- XIX - reportar-se exclusivamente ao preposto da contratada, vedada a emissão de ordens diretas a seus empregados;
- XX - emitir atestados ou certidões de execução, total ou parcial;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

- XXI - sugerir a aplicação de penalidades em caso de inadimplemento contratual;
- XXII - representar à autoridade competente a ocorrência de irregularidades ou atos ilícitos identificados no exercício de suas funções.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Critérios de Medição

8.1.1. A medição dos serviços executados será realizada mensalmente, ou conforme definido pela fiscalização do contrato, com base nas quantidades efetivamente executadas, devidamente aferidas em campo e registradas em Boletins de Medição

8.1.2. 8.1.2. As medições observarão rigorosamente os critérios, unidades de medida e preços unitários estabelecidos na planilha orçamentária contratual, constituindo condição indispensável para o pagamento a aprovação expressa da medição pela fiscalização.

8.1.3. Não serão objeto de medição ou pagamento os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, projetos, ordens de serviço ou sem a prévia autorização da Administração.

8.1.4. Documentação Obrigatória para as Medições

8.1.4.1. Constituem documentos obrigatórios para instrução das medições, quando aplicáveis, sem prejuízo de outros previstos no instrumento contratual:

I - Regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão de Regularidade Fiscal Estadual e Municipal, quando exigível;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

II - Documentação técnica da medição:

- a) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa aos serviços executados;
- b) Boletim de Medição, contendo:

- planilha de serviços realizados; memória de cálculo;
- cronograma físico-financeiro atualizado;
- relatório fotográfico; justificativa de atraso, quando houver;
- Relatório gerencial ou documento técnico, quando solicitado pela fiscalização.

III - Obrigações trabalhistas e previdenciárias (quando aplicáveis):

- a) Cópia da folha de pagamento dos trabalhadores vinculados à execução dos serviços;
- b) Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

- c) Guia da Previdência Social – GPS;
- d) Guia de Recolhimento do FGTS – GRF;
- e) Comprovantes das retenções legais incidentes.

8.1.5. Documentação Adicional – Primeira Medição (quando aplicável)

8.1.5.1. A primeira medição deverá ser acompanhada, quando exigível pela natureza do serviço, dos seguintes documentos:

8.1.5.2. Cadastro Nacional de Obras – CNO;

8.1.5.3. Programas e laudos de segurança e saúde do trabalho, quando cabíveis (PPRA/PGR, PCMSO, LTCAT);

8.1.5.4. Licenças ambientais pertinentes à execução dos serviços.

8.1.6. Documentação Condicionante à Última Medição (quando aplicável)

8.1.6.1. O pagamento da última medição ficará condicionado à apresentação dos seguintes documentos, quando compatíveis com o objeto contratado:

- I - Termo de Recebimento Provisório;
- II - Termo de Recebimento Definitivo;
- III - Termo de garantia dos serviços executados;
- IV - Comprovação de regularidade da matrícula da obra no CNO, quando houver.

8.1.7. Os comprovantes de recolhimento das contribuições sociais e trabalhistas também deverão ser exigidos das subcontratadas, na hipótese de subcontratação autorizada.

8.2. **Liquidação**

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, iniciar-se-á o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, prorrogável por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. O prazo de liquidação será reduzido à metade nos casos de contratações cujos valores não ultrapassem o limite previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mantida a possibilidade de prorrogação.

8.2.3. Para fins de liquidação da despesa, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente contém, além dos requisitos fiscais legais, os seguintes elementos mínimos de identificação contratual e administrativa:

- I - número do contrato administrativo a que se refere a cobrança;
- II - número da Nota de Empenho correspondente;
- III - dados do procedimento licitatório, incluindo número e modalidade da licitação;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

IV - período de referência da medição, com indicação clara da etapa ou intervalo temporal a que correspondem os serviços executados;

V - valor bruto da cobrança e destaque das retenções tributárias cabíveis, quando aplicável.

8.2.3.1. A ausência de quaisquer dos elementos acima, bem como a existência de erro material ou inconsistência nas informações apresentadas, constituirá impedimento à liquidação da despesa, ficando o processo sobrestado até a devida regularização pelo CONTRATADO, sem ônus para a Administração.

8.2.4. Regularidade Fiscal

8.2.4.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, verificada preferencialmente por meio de consulta ao SICAF, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.4.2. Constatada irregularidade, o CONTRATADO será notificado para regularização no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, a critério da Administração, assegurado o direito à ampla defesa.

8.2.4.3. Persistindo a irregularidade, a Administração adotará as medidas administrativas cabíveis, inclusive quanto à eventual rescisão contratual, sem prejuízo da continuidade do pagamento pelos serviços efetivamente executados até decisão final, quando aplicável.

8.3. Pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente indicada pelo CONTRATADO.

8.3.2. Considerar-se-á como data do pagamento aquela em que constar como emitida a ordem bancária pela Administração.

8.3.3. Retenções Tributárias

8.3.3.1. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, independentemente dos percentuais indicados na planilha orçamentária.

8.3.3.2. O CONTRATADO optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenções relativas aos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove formalmente sua condição.

8.3.4. Prazo de Pagamento

8.3.4.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.3.5. Atualização por Atraso no Pagamento

8.3.5.1. Em caso de atraso injustificado no pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada conforme a fórmula: $EM = N \times VP \times (I / 365)$ Onde:



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

EM = encargos moratórios;

N = número de dias de atraso;

VP = valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (IBGE) / 100.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 14.419.235,05 (quatorze milhões, quatrocentos e dezenove mil, duzentos e trinta e cinco reais e cinco centavos)**.

9.1.1. A estimativa foi elaborada com base nos estudos técnicos preliminares, projetos de engenharia e demais peças técnicas que compõem a solução adotada, considerando os quantitativos definidos e as especificações técnicas do objeto.

9.1.1.1. A formação do orçamento observou as disposições do art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, bem como os arts. 113 a 118 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, utilizando parâmetros oficiais de custos para obras e serviços de engenharia.

9.2. Para a composição do valor estimado, foram adotadas referências de preços obtidas por meio de sistemas oficiais de custos, tais como:

- I - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI;
- II - Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO;
- III - composições próprias, quando necessárias, devidamente justificadas e compatibilizadas com o mercado.

9.2.1. O orçamento contempla todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo:

- I - insumos, materiais e mão de obra;
- II - equipamentos e mobilização;
- III - encargos sociais e trabalhistas;
- IV - custos indiretos e administrativos;
- V - Benefícios e Despesas Indiretas (BDI).

9.2.1.1. As memórias de cálculo, composições de custos e planilhas orçamentárias encontram-se devidamente juntadas aos autos do processo, assegurando a rastreabilidade e a transparência das informações.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. **Modalidade e Forma da Licitação**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

10.1.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.363/2023 e da regulamentação aplicável.

10.2. **Critério de Julgamento**

10.3. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO**, nos termos do edital.

10.4. **Requisitos de Qualificação Técnica**

10.4.1. A qualificação técnica deverá ser comprovada por meio de indicação ou apresentação de profissional, devidamente registrado no CREA ou conselho profissional de registro, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

10.4.2. Para comprovação de qualificação técnico-operacional será necessária a apresentação de certidão de acervo técnico e atestados validados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente.

10.4.3. Para qualificação técnica é necessário o licitante indicar o quadro técnico disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

10.4.4. As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido origem ao Atestado.

10.4.5. O(s) atestados deverá(ão) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio que permita ao órgão promotor da licitação manter contato, caso seja necessário, com quem emitiu o referido documento.

10.4.6. **Capacidade Técnico-Operacional**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	PROJETO EXECUTIVO PARA SUBSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE ESTAIS	un	1,00
2	CORDOALHA PARA ESTAIS CP 177 RB D = 15,7 MM - FORNECIMENTO, PREPARO E COLOCAÇÃO	kg	3.600,00



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

3	ANCORAGEM REGULÁVEL PARA ESTAIS	un	8,00
4	ESTACA RAIZ PERFURADA NO SOLO	m	273,60
5	ESCORAMENTO INVERSO COM TRELIÇA T30 PARA OBRAS DE ARTES ESPECIAIS	h	704,00

10.4.7. Capacidade Técnico-Profissional

Item	Descrição	Unidade
1	PROJETO EXECUTIVO PARA SUBSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE ESTAIS	un
2	CORDOALHA PARA ESTAIS CP 177 RB D = 15,7 MM - FORNECIMENTO, PREPARO E COLOCAÇÃO	kg
3	ANCORAGEM REGULÁVEL PARA ESTAIS	un
4	ESTACA RAIZ PERFURADA COM D? 45 CM	m
5	ESCORAMENTO INVERSO COM TRELIÇA T30 PARA OBRAS DE ARTES ESPECIAIS	h

10.5. Relação de Equipe Técnica

1	Engenheiro Civil	1
2	Engenheiro ou Técnico de segurança do trabalho	1
3	Topógrafo ou Técnico em Topografia	1

10.6. Relação de Equipamentos Mínimos

Item	Descrição	Quantidade
1	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM	1



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

2	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA	1
3	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS	1
1 4	GUINDASTE MÓVEL SOBRE PNEUS COM 6 EIXOS COM CAPACIDADE MÁXIMA DE 350 T - 450 KW	1

10.7. **Requisitos Econômico-Financeiros**

10.8. O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

10.9. **Da Participação de Consórcios**

10.9.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio no presente certame, limitada à constituição de consórcios formados por, no máximo, 02 (duas) empresas, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na legislação aplicável.

10.9.2. A opção pela participação em consórcio implicará a obrigação de comprovação de capital social mínimo acrescido de 10% (dez por cento), totalizando 20% (vinte por cento) sobre o valor exigido, nos termos do Decreto Estadual nº 11.363/2023. 9.6.3. A admissão de consórcios justifica-se pela possibilidade de reforço da capacidade técnica e econômico-financeira dos licitantes, ampliando a disponibilidade de equipamentos, estrutura operacional e pessoal técnico qualificado, o que contribui para a adequada execução dos serviços de engenharia objeto da contratação.

10.9.3. A limitação do número de empresas consorciadas tem como finalidade assegurar maior eficiência na gestão e execução contratual, favorecendo a organização das atividades, a coordenação técnica, bem como o adequado fluxo de comunicação entre a Administração, a fiscalização e a contratada, especialmente no que se refere ao acompanhamento da execução e ao processamento das medições e pagamentos.

10.9.4. Para fins de qualificação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos comprovados por cada consorciada, mediante apresentação de Certidões de Acervo Técnico – CATs ou atestados técnicos, desde que compatíveis com o objeto licitado, demonstrando que o consórcio, em seu conjunto, possui experiência e estrutura adequadas à execução de serviços iguais ou semelhantes ao objeto da contratação.

10.9.5. Será permitida a alteração da composição do consórcio, desde que previamente solicitada e expressamente autorizada pela Administração, observadas as seguintes condições:

10.9.5.1. no caso de substituição de consorciada, deverá ser comprovado o atendimento integral às exigências de habilitação previstas no instrumento convocatório;

10.9.6. no caso de exclusão de consorciada, deverá ser demonstrada a manutenção das condições de habilitação originalmente exigidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

10.9.7. Em qualquer hipótese, a alteração da composição do consórcio não poderá implicar prejuízo à execução contratual nem à observância dos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos no edital.

10.10. **Da Participação de Cooperativas**

10.11. Fica vedada a participação de cooperativas, em razão das características do objeto, que envolve a execução de serviços de engenharia com necessidade de responsabilidade técnica individualizada, direção técnica permanente, assunção integral de riscos contratuais e subordinação direta dos trabalhadores à execução dos serviços, circunstâncias incompatíveis com a natureza jurídica e operacional das cooperativas, conforme entendimento consolidado dos órgãos de controle.

10.12. **Vistoria Técnica**

10.12.1. A empresa interessada em participar do processo licitatório poderá comparecer na sede do órgão solicitante, DERACRE, onde agendará a data para a visita técnica, que poderá ser realizada a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública. Entretanto, a Visita Técnica não será obrigatória, mas a Empresa que não efetuá-la, terá que apresentar Declaração formal assinada pelo responsável indicado pela empresa, conforme Modelo Anexo VII, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades do serviço/obra e do local onde a mesma será executada, devendo esta declaração constar nos documentos de habilitação, sob pena de inabilitação.

10.13. **Prova de Conceito**

10.14. Não se aplica a esse certame.

11. **DA PROPOSTA DE PREÇOS**

11.1. **Validade da Proposta**

11.1.1. As propostas deverão ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

11.1.2. **Desclassificação das Propostas**

11.1.2.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- I - contenham vícios insanáveis;
- II - não atendam às especificações técnicas estabelecidas no edital;
- III - apresentem preços inexequíveis ou superiores ao orçamento estimado para a contratação;
- IV - não demonstrem sua exequibilidade, quando exigido pela Administração;
- V - apresentem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

11.1.2.2. Considerar-se-ão inexequíveis as propostas cujos valores globais sejam inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor estimado pela Administração, sem prejuízo de análise mais aprofundada quando



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

identificados indícios de inexecuibilidade.

11.2. Comprovação da Exequibilidade da Proposta

11.2.1. Quando identificados indícios de inexecuibilidade, a licitante será convocada a comprovar a viabilidade de sua proposta, mediante apresentação, no mínimo, dos seguintes documentos:

- I - Declaração formal de exequibilidade da proposta;
- II - Planilha de composição de custos e formação de preços;
- III - Demonstração da compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado;
- IV - Indicação de metodologias executivas, produtividade estimada e utilização de equipamentos próprios ou contratados;
- V - Comprovação de que os custos de insumos, mão de obra, encargos sociais e tributos estão adequadamente considerados.

11.2.2. A Administração se reserva ao direito de exigir a apresentação de comprovação de exequibilidade das propostas, ainda que não atingido percentual de desconto superior a 25% (manifestamente inexecuível).

11.2.3. Com o objetivo de promover maior celeridade ao certame, a Administração reserva-se o direito de solicitar, de forma simultânea, a apresentação da proposta de preços e da comprovação de exequibilidade de todas as empresas cujas propostas sejam inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor estimado pela Administração.

11.2.4. Ressalta-se, contudo, que a análise das propostas e da documentação de exequibilidade seguirá rigorosamente a ordem de classificação no certame.

11.3. Garantia Adicional da Proposta

11.3.1. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, correspondente à diferença entre o valor estimado e o valor da proposta apresentada, sem prejuízo das demais garantias previstas na Lei nº 14.133/2021.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. Prazo de Vigência, Execução e Prorrogação Contratual

12.1.1. Prazo de Vigência

12.1.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

12.1.2. Prazo de Execução

12.1.2.1. O prazo para execução do objeto será de 10 (dez) meses, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, emitida pela Administração.

12.1.2.2. O prazo de execução compreende todas as etapas necessárias à entrega do objeto contratado, incluindo elaboração e aprovação dos projetos, mobilização, execução da obra, testes, ajustes, entrega final e



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

demais atividades necessárias à plena conclusão do objeto.

12.1.3. Prorrogação

12.1.4. Considerando tratar-se de contratação por escopo predefinido, a vigência contratual poderá ser automaticamente prorrogada quando o objeto não for concluído no período inicialmente estabelecido, desde que mantidas as condições originalmente pactuadas e observadas as disposições do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Convocação e Assinatura do Contrato

12.2.1. Convocação para Assinatura

12.2.2. Após a homologação do certame e adjudicação do objeto, o adjudicatário será convocado formalmente pela Administração para assinatura do contrato, dentro do prazo de validade de sua proposta, mediante comunicação oficial contendo as instruções e prazos para formalização do instrumento contratual.

12.2.3. Forma de Assinatura

12.2.3.1. A assinatura do contrato ocorrerá, preferencialmente, por meio eletrônico, mediante utilização do Sistema Eletrônico de Informações — SEI, adotado pela Administração.

12.2.3.2. Será de responsabilidade da licitante vencedora providenciar previamente seu cadastro como usuário externo no sistema, por meio do endereço eletrônico: https://app.sei.ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 bem como acompanhar as comunicações encaminhadas pela Administração e adotar todas as providências necessárias para viabilizar a assinatura no prazo estabelecido.

12.2.3.3. Na hipótese de impossibilidade técnica devidamente comprovada ou mediante justificativa aceita pela Administração, a assinatura poderá ocorrer por outros meios legalmente admitidos.

12.2.4. Prazo para Assinatura do Contrato

12.2.5. O adjudicatário deverá assinar o contrato no prazo de até 10 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada e aceita pela Administração.

12.2.6. Atraso ou Não Assinatura do Contrato

12.2.6.1. A não manifestação do adjudicatário para assinatura do contrato no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da convocação dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

12.2.7. Condições para Assinatura

12.2.7.1. Para assinatura do contrato, o adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação exigidas no certame, bem como apresentar eventuais documentos complementares previstos no edital, incluindo garantia contratual, quando exigida.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

12.3. As demais condições constam na Minuta do Contrato.

13. DO REAJUSTE DE PREÇOS

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento referencial.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice setorial (DNIT/FGV), e será calculado através da fórmula $R = V \times (I - I_o) / I_o$, onde:

R = valor do reajuste procurado;

V = valor contratual do fornecimento, obra ou serviço a ser reajustado;

I_o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = índice relativo à data do reajuste.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.1. O contratado poderá solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento formal e devidamente fundamentado, acompanhado de documentos que comprovem a ocorrência de evento superveniente previsto na matriz de riscos ou reconhecido pela legislação como apto a gerar desequilíbrio.

14.2. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do protocolo do pedido devidamente instruído, para analisar e responder à solicitação do contratado.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

14.3. Caso a Administração identifique a necessidade de complementação da documentação ou de esclarecimentos adicionais por parte do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando-se a partir da data de recebimento da documentação complementar ou dos esclarecimentos solicitados.

14.4. A resposta ao pedido poderá resultar em:

- a) Deferimento do pedido e formalização de termo aditivo para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro;
- b) Indeferimento do pedido, com justificativa formal.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Deracre. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - Órgão / Unidade Executora: 744/201;
- II - Fonte de recursos: 15000100 - Recursos Próprios do Tesouro;
- III - Programa de trabalho: 21960000 - Obras de Arte Especiais-Construção, Recuperação de Pontes, Passarelas.
- IV - Elemento de despesa: 4 4 90 51 00 00 - Obras e Instalações.

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

16.1. O presente Termo de Referência foi elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, projetos de engenharia e demais elementos técnicos que compõem o processo de contratação, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

16.1.1. As especificações técnicas, os requisitos da contratação e as condições de execução estabelecidas neste documento refletem a solução mais adequada para o atendimento da necessidade pública identificada, considerando os aspectos de viabilidade técnica, econômica e operacional.

16.1.1.1. A contratação proposta visa assegurar a reabilitação estrutural e a revitalização da Passarela Joaquim Macedo, garantindo condições adequadas de segurança, estabilidade, durabilidade e funcionalidade da estrutura.

16.2. O modelo de execução e de gestão contratual definido neste Termo de Referência foi estruturado de forma a proporcionar maior eficiência na execução dos serviços, adequado controle pela Administração e mitigação dos riscos inerentes à contratação.

16.2.1. As exigências técnicas e operacionais estabelecidas observam os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da competitividade, não implicando restrição indevida à participação de interessados aptos à execução do objeto.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000019/2026

- 16.3. A contratação deverá ser conduzida de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos.
- 16.3.1. Caberá à Administração adotar as providências necessárias à regular condução do certame e à execução contratual, observando as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

Eng. Ronan Fonseca Lemos Neto

Chefe de Departamento

Portaria nº 04/2023



Documento assinado eletronicamente por **RONAN FONSECA LEMOS NETO**, em 30/04/2026, às 12:12, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CP72355D 6E6A75A8 FD456B24 86C23CAD** e código CRC **A9972D**